

INTOLERÂNCIA E RESISTÊNCIA: ANÁLISE DE TESTEMUNHOS DOS COMBATENTES À DITADURA MILITAR

Rodrigo Basílio Souza¹

Faz-se importante este estudo, haja vista os 50 anos do Golpe Civil Militar de 1964. Não apenas a efeméride traz importância, mas também é um posicionamento diante da onda revisionista, que procura relativizar a violência do Estado, a tortura e a própria existência de uma ditadura². Esse revisionismo é manifestado em um discurso midiático, político e acadêmico que procura reviver a *teoria dos dois demônios*³, equivalendo torturadores e torturados, relativizando a violência do Estado, e em algum sentido até legitimando-a. Desta forma, o estudo da memória e o ato de “ouvir a voz” de quem viveu [e foi torturado] nos porões da ditadura é importante para a compreensão e desmistificação do que foi este violento período da história do Brasil.

Foto da Cella 2 no Memorial da Resistência: “Homenagem a todos aqueles que lutaram e lutam...”. Rodrigo Basílio, 2017.

O golpe civil-militar de 1964 foi uma ruptura marcante que suscita diversas interpretações. Uma interpretação clássica define o caráter do golpe como *contrarrevolucionário preventivo*⁴; outra, igualmente clássica, enxerga o golpe como resultado de uma crise da hegemonia nacional-desenvolvimentista, articulada pelo *populismo*⁵. Interpretações mais recentes, de viés *institucionalista*, veem certa inabilidade política de Jango em trazer as disputas políticas para dentro das instituições democráticas, evitando assim a ruptura institucional⁶. Outra interpretação sugere que o “golpismo da direita, liberal ou autoritária (...) não foi apenas contra um governo, mas foi contra um regime, contra uma elite em formação, contra um projeto de sociedade, ainda que este fosse politicamente muito vago”⁷.

Não querendo nos aprofundar neste debate, podemos, de forma genérica, afirmar que o golpe civil-militar de 1964 foi uma reação conservadora a um processo político de “empoderamento” das classes trabalhadoras. Desde pelo menos 1946, com o fim do Estado Novo e a construção de uma democracia liberal, as classes populares, no campo e na cidade, reivindicaram ampliação de direitos e melhores condições de vida. O desenvolvimento e a modernização acelerada pelo qual o Brasil passava desde a década de 1930, promovendo intenso êxodo rural, trouxeram dentro de si contradições como aumento da inflação, déficit habitacional e educacional. Esses “novos” problemas se somaram a antigos e estruturais, como a posse restrita da terra e a brutal concentração de renda. As classes trabalhadoras, sobretudo urbanas, foram capitaneadas pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB)⁸ e também pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB), que mesmo ilegal desde 1947, continuou ativo e com amplas bases. Os camponeses também se organizaram através das ligas camponesas e reivindicaram ampliação de direitos e reforma agrária.

É longo o debate sobre uma possível conjuntura revolucionária no Brasil de 1964. Contudo, não podemos negar o caráter radical das propostas de reformas de base propostas por Goulart, haja vista a extrema desigualdade social brasileira. Além disso, eram alternativas aos diversos gargalos do desenvolvimento econômico, como a concentração fundiária e a baixa produtividade do solo. As propostas nacional-desenvolvimentistas das reformas, ainda que genéricas e pouco claras, propunham uma modernização mais inclusiva, “dividindo o bolo” com a parcela da população historicamente excluída. Todavia, esses projetos se chocavam com os interesses de diversos atores.

O golpe civil-militar de 1964 se deu através da “junção” de militares opositores a João Goulart, políticos liberais-conservadores, articulados em torno da UDN (União Democrática Nacional) e PSD (Partido Social Democrático), contando com apoio logístico e militar dos EUA⁹, classes médias¹⁰, Igreja Católica, empresariado nacional e multinacional. O que “unia” estes diferen-

tes atores era o *anticomunismo*¹¹ e temor diante do empoderamento das classes populares frente a um contraditório governo Jango. O projeto do PCB de conquistar o Estado através de uma via parlamentar foi derrotado pelo golpe de 1964. As tentativas de resistência por parte de alguns setores organizados de trabalhadores foram rapidamente sufocadas. A “pouca reação” surpreendeu até mesmo os golpistas. O golpe foi vitorioso.

As primeiras ações foram justamente reprimir a classe trabalhadora organizada, os camponeses e os políticos progressistas. A repressão e violência se fizeram presentes desde o início de abril de 1964. Contudo, se havia certo consenso em relação ao golpe, diferentes projetos continuavam em disputa entre os setores golpistas¹². As lideranças civis desejavam uma “intervenção cirúrgica”, ou seja, a deposição de João Goulart, a forte repressão aos trabalhadores e, por fim, a devolução do poder aos civis através da convocação de eleições. Mas o projeto dos círculos militares, gestado na Escola Superior de Guerra, da qual o general Golbery Couto e Silva era o grande expoente, projetava a construção de um Estado forte, responsável por promover a modernização do Brasil, bem ao tom positivista que acompanhou o Exército desde o final do XIX. Apesar do diálogo com o projeto anterior, ou seja, desenvolvimentismo, industrialização e modernização, um elemento central os diferenciava: a presença da classe trabalhadora nesse projeto. Para os militares golpistas era preciso, nas palavras de Delfim Neto, economista expoente do regime, primeiro fazer o bolo crescer, para então dividir. Em outras palavras, a *modernização conservadora*¹³ ocorreria sem inclusão dos trabalhadores; estes teriam somente o ônus, em forma de repressão e arrocho salarial. No decorrer dos meses o projeto militar se sobrepôs ao dos golpistas civis. Começava a se estruturar um Estado autoritário e modernizador¹⁴.

Os trabalhadores haviam sido desbaratados pela repressão e os sindicatos sofreram duras intervenções. Por volta de 1966 o movimento estudantil toma vulto como oposição ao regime, protestando, sobretudo, contra os acordos ME-C-USAID¹⁵ que propunham uma modernização tecnicista e produtivista no ensino superior; além disso, a falta de vagas, a chamada “questão dos excedentes”, potencializaram o fortalecimento do movimento estudantil. Tal mobilização se somou à insatisfação das camadas médias da sociedade com a restrição de liberdades e a difícil situação da economia brasileira (um arrocho salarial fruto do *saneamento financeiro de Castelo Branco*¹⁶) e conseguiram articular uma ampla mobilização contra a ditadura que ainda buscava se consolidar. Passeatas, manifestações e discursos de protesto. O movimento estudantil se fortaleceu e teve seu ápice em 1968, ao mesmo tempo em que diversas regiões do mundo tornaram-se palco de manifestações protagonizadas pela juventude, revoltada diante das estruturas de poder e da moral tradicional¹⁷.

A emergência dessa nova força política tomou proporções em um amplo movimento de massas¹⁸. A reação militar veio com o Ato Institucional 5 em dezembro de 1968, restringindo ainda mais as liberdades civis e institucionalizando a violência de Estado.

Após essa rápida contextualização, nos atentar para o foco deste artigo: militantes que combateram este Estado autoritário, inaugurado em 1964. Os personagens analisados têm diferentes origens, perfis socioeconômicos, formações políticas. Em comum o fato de terem participado de organizações de esquerda que combateram a ditadura militar. Tinham entre 15 e 22 anos no ano de 1964, ou seja, cresceram em meio às grandes disputas políticas que antecederam o golpe, assim como, posteriormente, vivenciaram consolidação do regime. Engajaram-se majoritariamente no movimento estudantil. Suas militâncias políticas variavam: propaganda política, arregimentação de quadros ou luta armada. Foram influenciados pelas críticas a inércia do modelo de *transição pacífica* do PCB, que apostou em uma política de conciliação de classes com a chamada “burguesia nacional”, contra o imperialismo e o latifúndio¹⁹. Para muitos jovens, a análise errada do PCB culminou com a “não reação” diante do golpe. Era preciso então radicalizar; as organizações que optaram pela luta armada se aproximaram, sobretudo, do maoísmo e foquismo.

Na época, acreditaram que poderiam transformar a realidade em que viviam; não se conformavam com a violência através da qual se erigia a ditadura. Todos os personagens analisados optaram, após o AI-5, pela clandestinidade como forma de continuarem suas militâncias com menos riscos de cair nas redes da repressão. Abandonaram família, estabilidade e segurança para lutar por um ideal, por um projeto, para construir um “novo futuro”. Ao mesmo tempo a militância clandestina era uma situação de constante tensão e instabilidade – a qualquer momento poderia haver uma queda (prisão) e comprometer a segurança de toda organização.

Apesar de resistirem por meses ou anos, em determinado momento caíram ante o forte aparato repressivo. Após a prisão – em inúmeros casos verdadeiros sequestros policiais, ilegais até diante da legislação do regime – sofreram torturas físicas, psicológicas e sexuais. A morte passou a ser uma realidade concreta e próxima.

Na constante luta pela sobrevivência, resistindo à tortura e às arbitrariedades, testemunharam duras experiências. Mesmo superando a prisão, lidaram com o temor constante e com traumas oriundos das práticas repressivas. Além disso, a dificuldade de se reinserirem enquanto sujeitos e profissionais em uma sociedade ainda umbilicalmente ligada ao regime.

Após a “liberdade”, alguns continuaram a militância político-partidária, participando da construção dos novos partidos na “abertura democráti-

ca”; outros se engajaram em novas formas de militância, como o movimento feminista; também houve aqueles que largaram a militância e prosseguiram suas vidas sem nenhum engajamento mais ativo.

O presente trabalho, a partir da memória desses agentes históricos – personagens importantes nas disputas políticas e sociais que marcaram o período da ditadura militar brasileira – procura compreender as experiências de cada um desses sujeitos bem como suas formações, motivações, perspectivas de luta e de revolução. Desta forma, tanto pelo que a memória revela, quanto pelo que silencia, procurar-se-á compreender um pouco melhor essa história, ainda tão viva, latente e estruturante da contemporaneidade.

Estudar a memória dos militantes perseguidos e torturados é não apenas trazer à tona a perspectiva histórica do oprimido (pelo Estado repressor), como também contribuir para melhor compreender momentos sombrios na recente história brasileira, ainda nebulosa e controversa.

A documentação analisada consiste de testemunhos transcritos²⁰, inseridos dentro do projeto “Intolerância e Resistência: Testemunhos da repressão política no Brasil (1964-1985)”, financiado pela Fundação Ford entre 2008 e 2010²¹. Neste grande projeto, do qual nos valem apenas dos resultados, foram colhidos mais de 80 testemunhos de ex-militantes de diversas organizações que combateram o regime militar. Contudo, agora trazemos apenas três testemunhos que foram trabalhados durante a iniciação científica, de cujo relatório final este artigo é síntese. Além disso, foram selecionados dentre outros, igualmente analisados, por serem, de algum modo representativos, haja vista a diversidade de origens e organizações; ao mesmo tempo, por dialogarem entre si: apesar de diferentes origens e trajetórias políticas, partilharam experiências políticas e percepções semelhantes acerca da luta, especialmente acerca das motivações e compreensões da natureza da ação política. Na elaboração deste artigo, optou-se por não introduzir qualquer biografia prévia: suas histórias se apresentarão por si próprias, através dos testemunhos.

Utilizamos os pressupostos teórico-metodológicos da história oral, ou seja, baseamos nossa pesquisa em testemunhos dos sujeitos históricos. Nas palavras do professor José Carlos Sebe Bom Meihy “a força da história oral é a resistência pelo direito de ser” (direito este incontáveis vezes negados às personagens apresentadas nesta pesquisa.). Além disso, Meihy ressalta os “compromissos políticos e democráticos” na utilização desta documentação em vista a “esclarecer fatos ou situações não contempladas pela documentação escrita”, também buscando versões diferentes da história oficial, ou até mesmo uma “outra história, sobretudo, vista de baixo”²².

Dentro dessa linha teórico-metodológica, chamada história oral, optamos por usar os testemunhos como única fonte documental, na chamada

história oral pura²³. Não procuramos “cruzar fontes”, ou seja, contrapor os testemunhos a outras fontes documentais, como, por exemplo, fontes escritas, pois mais do que uma pretensa “verdade” obtida por meio do cruzamento de fontes, o trabalho com a memória, sua construção e ressignificação nos parece um caminho mais interessante para o objetivo em questão, que é compreender as motivações e as interpretações desses sujeitos diante das experiências de luta. Se por um lado, a legitimidade da história oral é passível de questionamentos, por parecer “subjetiva”, por outro lado seus ganhos e benefícios aos conhecimentos históricos são latentes: a narrativa da memória pode subverter o silenciamento repressor dos fatos apresentados na documentação escrita. A narrativa dos testemunhos pode trazer não só novos fatos, mas novas leituras, percepções e sensações sobre os eventos.

Neste momento vamos centrar nossa atenção em fragmentos dos testemunhos de três militantes. Os relatos como um todo são de uma riqueza histórica ímpar, pela densidade da imbricação entre a trajetória desses sujeitos nos (des)mandos do poder repressor, além de suas motivações e perspectivas. Como fez Arendt em *Homens em tempos sombrios*²⁴, esses relatos são um verdadeiro “baú de experiências” que nos possibilitam refletir e compreender nosso próprio tempo; valeria, portanto, sua leitura e reflexão na íntegra, mas, infelizmente não há possibilidade de reproduzirmos a totalidade dos três testemunhos neste artigo. Desta forma, fizemos recortes e os ligamos com comentários e breves análises sobre os mesmos, selecionando passagens que, de algum modo, promovessem o diálogo entre os três personagens. Os trechos foram reordenados de modo a constituírem uma narrativa mais coesa, seja na cronologia, seja em relação a temas comuns, facilitando desta forma a leitura e a compreensão. Os trechos em *itálico* marcam a fala dos personagens; a ausência do *itálico* indica comentários do autor deste artigo. Sem dúvida tal escolha é passível de críticas, mas foi o caminho mais dialógico encontrado. Sem delongas, vamos aos testemunhos.

Alberto Becker

Seu relato começa aos 14 anos com um trabalho social em uma favela, organizado pelos padres jesuítas do colégio que estudava, em Porto Alegre. Posteriormente ingressou na JEC (Juventude Estudantil Católica, movimento leigo ligado à Igreja Católica, especialmente à ala mais progressista) onde será presidente de um grêmio estudantil.

Sua relação próxima com o cristianismo influenciou a militância:

Você, como cristão, nasceu com uma missão, [...] voltada a ajudar o seu povo,

essa missão tinha que ser cumprida e se você não cumprisse, estaria traindo aquilo que era um objetivo histórico. [...] nós éramos cristãos que queríamos cumprir um papel histórico [...] cumprir com aquilo que estava prescrito para nós, que era um plano de Deus, no qual tínhamos que cumprir a nossa missão e que tinha sido renegada pela própria Igreja e por muitos cristãos.

A juventude era outra fonte de motivação à luta: “Naquela época se exaltava a juventude, a juventude ia mudar o mundo [...] era uma vontade muito grande a de fazer aquilo que não tinha sido feito pelas gerações anteriores”. Ao mesmo tempo, ter sido chamado de comunista, causou incômodo: “[...] Imagina eu, amigo dos padres como é que podia ser chamado de comunista [...] quero dizer, sem nenhum fundamento”.

Jovem *de uma* “família de classe média, relativamente alta” foi alguém que “tomou consciência pelo lado ideológico”. Após experiência na Juventude Estudantil Católica (em especial o método *ver-julgar-agir*), seguiu “a tendência” e começou a militar na Ação Popular (AP) desde 1966 “com a responsabilidade de cuidar do movimento estudantil secundarista”. Posteriormente se aproximou de “um grupo que tornou-se depois o Partido Revolucionário dos Trabalhadores (PRT)”. Após ser preso e “apanhar muito”, afirmou que “sabia que eles tinham alguma informação sobre mim”. Então decidiu ir a São Paulo, naquele momento já “absolutamente clandestino”, para fazer parte dos “grupos de ação, ou seja, os grupos encarregados de fazer levantamentos com finalidade de obtenção de recursos: levantamento de bancos, supermercados, onde obter carros”.

Com o início da forte repressão, Becker relata uma aproximação das esquerdas, esboçando uma solidariedade “na cooperação e autodefesa dos militantes”. Relatando seu cotidiano na clandestinidade, destaca três situações: “treinamentos militares, ações de levantamento e discussões teóricas, porém sem atividade política”. A seguir analisa: “as coisas não aconteciam como a gente queria. Na época a ânsia por fazer é o que predominava [...] o negócio é que você tem que fazer algo”. Esse trecho manifesta um grande *voluntarismo*, termo recorrente em vários testemunhos, e uma ânsia por fazer e transformar, mesmo sem clareza do que e de como.

Após ser preso às 5 da madrugada no Rio de Janeiro, relatou espancamentos e chutes. Ao ser torturado com pauladas e choques “disse para eles que era revolucionário sim, mas que não tinha nada a declarar”. Logo após afirmou: “Não sei se foi inteligente provocá-los dessa maneira, porque já comecei a sentir que a coisa ia ficar pesada para o meu lado”; novamente vemos a ânsia por reagir à violência. Posteriormente, já no presídio, questionou: “Qual a preparação que eu poderia ter, que base de princípio ou de firmeza

ideológica poderia ter com a trajetória que tive, para resistir à tortura? Mas não importa, eu sabia que não podia falar”. O não falar, significa, sobretudo a não pôr em risco outros militantes.

Após sair do DOI-CODI²⁵ “começa uma fase mais amena, no DOPS²⁶”, todavia, ainda experimentava o “terror” e o “medo” de retornar para o DOI-CODI. Para Becker, “ainda que você passe pela cadeia, você se fortalece um pouco mais, mas é terrível a ideia de voltar e não ter certeza do que vai acontecer”. A ditadura militar estruturou a repressão de tal forma que a tortura psicológica era uma constante²⁷.

Posteriormente, foi levado para o presídio Tiradentes. Afirma que lá “começou uma outra fase, [...] onde se descobre o valor ‘de resistindo um pouco mais você consegue vencer’”. Interessante este trecho: em poucos anos, os referenciais mudaram completamente sob a violência da tortura: vencer deixa de significar a derrubada da ditadura e a construção de outro projeto, para ser sinônimo exclusivamente da sobrevivência.

Em sua avaliação sobre passado e presente, um misto de arrependimento e desesperança. Segundo Becker, “o nosso ardor de juventude não era suficiente para derrubar esse poder que estava ali instituído” e prossegue, “na minha vida acho que acreditei muito em adjetivos [...] acabei aprendendo da forma, talvez, mais dura”. Ao mesmo tempo avalia a esquerda brasileira como tendo “pouco lastro, com pouco conhecimento”. Optou por trabalhar para sobreviver e não fez “a opção de enveredar na vida partidária” não tendo mais militância política atualmente “por uma série de opções pessoais”. Em contrapartida é crítico em relação à juventude atual, pois ela “não tem as bandeiras” e se questiona: “mas o que essa juventude tem hoje?”. Conclui comparando sua geração com a atual: “Olha, essa é uma cabeça que o corpo não está reconhecendo, mas existia uma cabeça, entendeu!”.

Lúcia Murat

Oriunda da “classe média com situação boa financeiramente”, seu pai era médico ligado ao “Partidão” (PCB). Em relação aos seus avós paternos, afirma: “sempre fantasiei que eram mais pobres do que efetivamente acho que eram” (no DOI-CODI esse argumento será evocado em resposta à pergunta: “Por que você está aqui? A sua família tem dinheiro”). Em relação a sua mãe, afirma que “sempre foi o exemplo da mulher que eu não queria ser, quer dizer, da mulher desperdiçada” e também “foi tornando-se uma pessoa muito conservadora” – seu testemunho sugere maior proximidade com o pai (mesmo quando há críticas, normalmente elas são sempre mediadas por adjetivos positivos); a mãe ocupa um papel exemplar ao contrário, ou seja, a mulher

submissa e traída pelo marido, que Lucia Murat não desejava para si. “A questão da mulher [...] mais importante até foi a presença dela, quer dizer, da frustração dela, da decadência dela”. Com o passar do tempo, a postura da mãe foi mudando, especialmente após a prisão da filha, quando sua mãe “aliou-se ao pessoal da Teologia da Libertação”. É possível que muitas das críticas em relação à situação da mãe, tenham influenciado a militância feminista posterior.

Murat participou da efervescência cultural que inundava a juventude naquele período. “Aos 13 anos de idade, a partir de algumas leituras do existencialismo de Sartre, [...] concluí que não acreditava em Deus”. Na sua busca por “ser uma mulher independente, ter amantes em Paris” optou por não seguir o “símbolo dos anos 1950, você casar virgem, ser professora”. Preferiu estudar Economia “por não saber o que fazer”. Na faculdade teve início sua atuação política.

Lúcia Murat “tinha uma convivência com a burguesia quando era jovem nessa época” e quando entrou no curso de Economia “não era ligada à esquerda e nem tinha contato, na verdade tinha até mais contato com pessoas que eram consideradas de direita [...] em função dessa convivência, os amigos todos votavam na direita naquele momento na faculdade”, inclusive ela. Em contrapartida, afirma que “era uma coisa muito dividida, porque ao mesmo tempo, era muito influenciada por Simone de Beauvoir. E aí os meninos de esquerda começaram a me trabalhar, tipo assim: ‘Aquela ali pode ser ganha’. Então em meados do ano de 1967, passei a me envolver com o movimento estudantil [...]. Então eu comecei a mudar em relação aos meus amigos.”

Concomitantemente ao início da militância política na DIGB (Dissidência da Guanabara, cisão do PCB, posteriormente MR-8), transformações morais e comportamentais entraram em conflitos com a “tradição”, em especial a “liberação feminina” e uma “abertura sexual”.

Quando ela [sua mãe] descobriu pílula na minha bolsa foi meio quando eu comecei na política, tudo junto, ficou histórica, para ela veio tudo junto, quando na verdade as coisas já estavam acontecendo antes e até porque estava acontecendo antes era mais fácil entrar naquele caldeirão que foi o movimento de 1968.

Desta forma, militância política e questionamento dos valores tradicionais eram contemporâneos e dialogavam entre si. “Entrei no movimento estudantil pela questão da violência, que era muito clara, de repente as pessoas iam para as passeatas e voltavam cheias de porradas”. Ela ao mesmo tempo “votava com a direita, mas era contra os militares, quer dizer, era uma coisa meio confusa, não tinha uma definição política muito clara”. Além do repúdio

à violência, a “afinidade intelectual com a esquerda” foi outro fator motivador à militância. A partir daquele momento então, “houve uma mudança mesmo total, de ambiente, [...] de amigos. Só se fazia movimento estudantil, todo mundo parou de estudar praticamente”. Quando então, em 1968, foi eleita vice-presidente do diretório, ficou “praticamente full time na política”. Avalia sua entrada na chapa como uma estratégia política de angariar votos dos setores não à esquerda “por ter vindo do outro lado”.

Em relação a sua formação, ainda na efervescência pré-AI-5, declara deficiências e falhas: “Ainda tinha tempo, depois diminuiu, foi só o mais básico do marxismo, o pior do marxismo, tipo cinco palavras e se vira minha filha. Mas naquela época ainda tinha uma certa tentativa de aprofundamento”. Ao mesmo tempo, “a cultura era muito integrada no nosso dia a dia da política”.

Descrevendo o ano de 1968 e temática da *revolução*, relata: “1968 é totalmente dos anos dourados, foi o período da descoberta, que me achava a dona do mundo, [...] a gente foi às ruas dominando tudo”. Ao mesmo tempo:

A gente já discutia a revolução o tempo todo [...] já discutia quem ia militar, quem ia largar tudo em função da revolução e quem não ia. Quando aconteceu o AI-5 a gente estava inteiramente preparado, ninguém ligado à organização foi preso, ninguém, a gente saiu de casa, todo mundo se encontrou no ponto, tinha ponto armado, tinha tudo armado.

Como havia sido presa do Congresso de Ibiúna, foi “considerada uma pessoa a se clandestinizar”.

Ninguém ficou chocado com aquilo [...], era uma demonstração de que a nossa análise estava correta, a direita estava se fortalecendo, ia dar um golpe. O golpe foi inteiramente previsto, o AI-5 foi inteiramente previsto; A discussão que você tem no segundo semestre de 1968 é: o movimento estudantil está em declínio, vamos ter que partir para resistência armada.

Mais adiante, numa clara discussão sobre a memória e sua [re]construção, Lúcia Murat analisa: “Eu acho que o termo resistência armada é mais atual [...], talvez seja mais palatável que guerrilha urbana. Mas na época, não acho que a gente chamava resistência armada”. Esse processo de reconstrução e enquadramento da memória a posteriori é um tema interessantíssimo e re-flete disputas políticas do tempo presente²⁸.

Em relação à organização política, define: “A gente lutava pelo socialismo [...] marxista-leninista [...] a gente era a favor de uma etapa socialista direta, estávamos fazendo a revolução social sem etapas intermediárias. E

descreve:

A DI, particularmente era um grupo de amigos, todo mundo se conhecia [...] era uma relação de amizade muito forte. O que definiria você ser de uma organização ou não era muito você ter caído naquela faculdade que a organização era dominante [...] você se dava bem com as pessoas e aí, daqui a pouco estava concordando, brigava [com as outras organizações] [...] ficava brava, era uma coisa realmente de irmão, meio maçônica, mesmo porque você praticamente só se relacionava com as pessoas da sua organização, [...], era uma coisa bastante sectária em relação às outras organizações [...] 18,19 anos você é sectário muito facilmente, você não é uma pessoa de vivência e de diálogo, aos 18 anos é tudo ou nada. Então acho que as relações eram muito fechadas, a partir do momento que você entrava, era o seu mundo, sua família.

E continua:

As pessoas, às vezes, têm uma visão muito estreita do que foram as pessoas da luta armada. Tinha de tudo lá dentro, quer dizer, não eram as questões culturais ou internacionais que delimitavam quem era da organização ou quem não era.

Após a clandestinidade, passou a fazer parte do setor operário, panfletando armada nas fábricas, tendo boa receptividade dos trabalhadores, sobretudo em razão da “aura de heroísmo” que o movimento estudantil trazia. Contudo, após o sequestro do embaixador americano em setembro de 1969, “o medo grassou aí ninguém queria saber da gente”. A euforia pelo sucesso do sequestro “é óbvio que durou uma semana. Teve as quedas, aparece todo mundo no jornal, foi um caos”.

Ao mesmo tempo, Lucia Murat compartilha anedota digna de nota: “Tinham aquelas porra louquices dentro da organização que era muito engraçado porque tinha várias regras rígidas de segurança e eu e o Zé adorávamos romper as normas”. Então conta como, para encontro de dois militantes, arranjaram um “aparelho” e trouxeram “fantasiada com uma peruca loira de Niterói para cá [Rio de Janeiro]” procurada pelo sequestro do embaixador. “Foram momentos difíceis assim, mas com muita adrenalina”. O “desrespeito” às normas de segurança da organização atesta certa autonomia dos militantes em oposição a uma visão rígida e autoritária das organizações, mas também uma “pulsão de vida”, por parte dos militantes que lidavam a todo o momento com a tensão da clandestinidade.

Quando decidiu ir para a Bahia, acabou fugindo das grandes quedas na organização, porém o aparato repressivo “estava mais inteligente”. Lúcia

Murat, olhando para as sensações daqueles dias assim descreve:

A gente estava muito tenso, muito tenso mesmo [...] todos os meus amigos tinham sido presos ou mortos, eu tinha 21 anos de idade, isso era um horror [...]. Eu acho que era uma coisa tão clara a derrota, que eu acho hoje que a gente só ficava por uma relação total de culpa com quem tinha morrido total culpa com quem estava preso. [...] a gente já tinha entrado num ciclo de sobrevivência, não conseguia fazer mais nada. [...] acho que do ponto de vista emocional era muito mais uma relação de culpa que nos fazia ficar do que uma análise política por que era tão claro o que estava acontecendo, o grau de isolamento que a gente estava.

Mesmo em meio a um “esforço tão grande para esquecer das coisas” para proteger detalhes – e assim a segurança – a lembrança: “fiquei muito feliz com o elogio dele [de um companheiro a um panfleto escrito por Lúcia Murat], nunca esqueci essas coisas do amigo que você perde”. Estas pequenas lembranças permanecem na memória, mesmo ante a necessidade de esquecê-las. É um investimento simbólico para sobrevivência psíquica do indivíduo.

Após as constantes quedas, documentos de várias organizações realizaram uma autocrítica. “Estava fechada sem poder sair do aparelho, [...] ritmo muito acelerado, era do comando da organização [...] não via saída a não ser continuar naquilo, [...] eu não via o mundo de outra maneira, já estava tudo muito denso”. E continua: “Ao mesmo tempo, dentro dessas disputas pequenas de organização” certos erros parecem ganhos, como por exemplo, “o fato de Lamarca ter vindo para a DI, era um orgulho [...] ao invés de analisar: poxa a VPR caiu”. A clandestinidade possivelmente dificultava uma análise mais clara da conjuntura, não só pela tensão constante, mas também pela dificuldade em estabelecer diálogos e contatos fora dos aparelhos ou dos círculos restritos; por outro lado, a modernização conservadora e o relativo “sucesso” do “milagre” brasileiro, não encaixavam na expectativa de uma crise que colapsaria o regime, trazendo as massas para a luta contra a ditadura.

Após conseguir sair da Bahia, Lúcia retornou ao Rio de Janeiro, reencontrando amigos mais próximos. Na primeira ação armada em um estabelecimento comercial (Casa da Banha), ficou claro o isolamento. Declarou ao final da ação para seus companheiros: “É um absurdo o que está acontecendo, estamos inteiramente isolados, quer dizer, a população está odiando aquilo, eles não querem saber, estão se lixando para o discurso que a gente está fazendo, a gente virou inimigo deles”. Acredita que sua ida para Bahia a fez perceber, quando retornou, o quanto a organização tinha se isolado em apenas um ano.

Finalmente “caiu”, ou seja, foi capturada, em 31 de março de 1971 – as

comemorações do golpe se somaram a de sua captura. Chegando ao DOI-CODI pensou: “Quero morrer, não vou aguentar isso: a única saída é morrer”. Decidiu criar um “ponto falso” em um prédio para então se suicidar. Foi torturada. Ficou no pau-de-arara até o dia seguinte. Contudo não a levaram para o prédio; deixaram-na no carro frustrando seus desesperados intentos suicidas. “Foi a pior sensação da minha vida, a sensação de não poder morrer [...] naquele momento foi horrível, fiquei histérica, chorava igual uma louca dentro do carro”. Retornou e foi novamente torturada, neste momento com a adição de baratas à tortura. Graças ao ponto falso, resistindo à tortura e mantendo a história de que iria sair do Brasil, liberou os demais pontos²⁹, protegendo membros da organização.

Após quase morrer algumas vezes devido à tortura, oscilando entre DOI-CODI e aeronáutica na Bahia, por disputas internas entre os órgãos repressores, retornou ao Rio de Janeiro com ameaças de ser jogada para fora do avião. Quando retornou da Bahia, teve início a tortura sexual: “A gente já tinha virado a cachorrinha de Pavlov, era totalmente desestruturada [...] é uma tortura que aposta na desestruturação a médio prazo. Foi o período que eu mais me ferrei, mais que o pau pesado eu acho”. Após descrever uma modalidade de tortura sexual na qual uma corda era amarrada ao pescoço e a qualquer momento enforcava, concluí: “para não enforçar você deixava..., e foi barra pesada. No fundo, naquele momento sinceramente eu preferia a tortura sexual do que apanhar isso também é uma coisa muito terrível para você viver o resto da vida, mas preferia, com certeza era menos dolorido”³⁰.

Contudo, a família de Lúcia Murat conseguiu “legalizar” sua prisão. Ela foi apresentada da Justiça após 2 meses de prisão. Na audiência, debilitada fisicamente pela tortura, aceitou a sugestão do advogado e desistiu de fazer um discurso revolucionário. Negou a acusação e denunciou a tortura, sobre a cabeça baixa dos juízes militares que “sem graça [...] não tiveram coragem de olhar”. Ao retornar ao DOI-CODI:

Foi o pior de tudo, por que aí fizeram uma coisa que foi uma das piores coisas que vivi na vida [...] eles me fizeram representar o que eu tinha feito na auditoria, como se tivesse sido uma palhaçada, [...] os caras me denegriram, porque denegrir o sentimento de dor, é a pior coisa que existe. [...] me fizeram repetir aquilo diversas vezes, foi horrível.

A descrição do sadismo dos torturadores é constante em diversos testemunhos.

Finalmente Lúcia foi para um quartel. “Comecei a ter visita [...], fiquei inteiramente assexuada, totalmente deprimida todo esse período de pós-tor-

tura”. Após ser informada que retornaria ao DOI-CODI, tentou suicídio. Mas a tentativa foi frustrada pela companheira de cela. Ao retornar “inteiramente histérica” percebeu no DOI-CODI uma “nova realidade, de geladeira, cama”, a “tortura tecnológica”.

Após a ida para o presídio de Bangu, uma fase de reflexões e disciplina para “não pirar”. Também “já se tinha uma visão crítica da luta armada, em geral se tinha uma avaliação de que as organizações restantes deviam se retirar do país” e um debate político somado à solidariedade entre os grupos e organizações, desmantelados na prisão. Ao mesmo tempo, “começou a ter um pau muito grande entre os grupos, hoje não vejo aquilo como divergência política, se transmutava em divergência política, mas acho que era um grau de desgaste, acho que algumas pessoas estavam muito mal”. Analisa: “É difícil trabalhar sobre isso, tem o desgaste do humano, triste, conheci algumas pessoas que foram muito torturadas e perderam inteiramente a noção das coisas, entram num processo meio de automitificação e se sentem perseguidas”.

Mesmo após toda a repressão, afirma que “tinha [...] uma perspectiva de voltar a atuar [...] em outros termos, não por meio da luta armada porque a própria organização tinha se retirado dela”. Contudo este plano “depois do golpe do Chile praticamente acabou”. Ainda na prisão escreveu carta para seus companheiros de organização orientando-os a “sair do país, é a única maneira de vocês não serem mortos”, mas sabia que sua carta seria lida com suspeição pelos companheiros com o argumento de que ela teria uma “sensação de derrota por causa da cadeia”.

Após ser libertada em meados de 1974, a tensão e o temor permaneceram, pois

todo mundo teve medo de eu ser sequestrada, porque ainda estava muito tenso, eu não dormia, achava que a casa ia ser invadida. Eu ainda era muito perseguida, eu [...] tirei minha filha de casa porque achei que iam jogar uma bomba lá em casa, em 1988, dez anos depois da anistia eu ainda tinha esses medos.

Mesmo após cumprir sua “pena”, o temor não desapareceu.

Aos poucos procurou retomar sua vida, voltando para a faculdade e trabalhando – apesar da constante perseguição do Serviço Nacional de Informação (SNI) e do Comando de Caça aos Comunistas (CCC). Participou da campanha de Anistia e começou a carreira cinematográfica. Nesse momento nasceu a ideia de produzir a obra *Que bom te ver viva*³¹. Apesar de desejar fazer um filme sobre tortura, “a essas horas ninguém queria saber de tortura, estava aquela ressaca total, ninguém queria saber de ditadura”. A preocupação de

Lúcia era “humanizar aqueles personagens e não criar heróis”.

Concluiu seu testemunho com algumas colocações importantes. Afirma ter se distanciado de qualquer análise sociológica e ter partido para algo mais artístico, em razão das diversas perdas.

[É difícil] falar qualquer coisa sobre arrependimento, eu não acredito nisso, eu acho que a gente vive na época em que vive, eu acho que a gente viveu bem aquela época, foi uma geração muito sacrificada, mas era o melhor que aquela geração tinha.

Finalmente relaciona sua produção filmica com sua própria trajetória: “é uma coisa de quem viveu numa situação-limite [...] quando a gente sai da tortura é assim, a tragédia é que o torturador é humano, você não pode fugir a isso, ele é humano e o que é o humano se um cara faz uma coisa dessas?”.

Leane Ferreira de Almeida

Nascida no interior do Rio Grande do Sul, em 30 março de 1949, em uma “classe média baixa” foi influenciada desde cedo pela mãe, “brizolista, getulista fanática”, que chegou a ser “nomeada para um cargo público porque era uma figura que o PTB queria manter nos quadros”. Afirma que “religião nunca tinha sido importante”. A família mudou-se para Porto Alegre buscando a sobrevivência. Seu aniversário de 15 anos ocorreu nas vésperas do golpe de 1964: um “impacto tremendo [...] clima de expectativa e frustração”.

Seu contato com militantes de esquerda iniciou-se aos 17 anos quando começou a trabalhar em um banco. Lá, entrou “em contato com o POC³² na Federação dos Bancários de Porto Alegre, que era bem atuante”. Sobre 1968, então com 19 anos, relata:

Vivi o movimento estudantil, foi um ano que valeu por muitos para quem estava engajado, passeatas reuniões, leituras, o ano todo foi de vivências riquíssimas, ainda meio adolescentes [...] comecei a participar das reuniões do POC e a estudar política mais organizadamente [...] estudava-se muito, tínhamos reuniões de estudo semanais.

Descreve sua opção pela militância nestes termos:

Sou uma pessoa muito empírica, eu acho que o POC me atraiu pelo fato de estar bem ligado aos bancários, aos trabalhadores. As reivindicações eram muito adequadas ao nosso cotidiano [...] era um momento de perda de direitos em todos os campos, eram lutas bem concretas, não eram utopias o que se propunha.

Ao mesmo tempo avalia sua formação e motivações:

Não cheguei a ter uma sólida formação política [...] como eu, muitas pessoas devem ter se engajado mais por idealismo que por ter uma análise clara da política brasileira [...] era claro que estávamos em uma guerra com um inimigo muitas vezes invisível. [...] É muito difícil hoje imaginar a dimensão do que significava viver no Brasil naquele momento.

Também exaltou o papel de sua geração “não para que sejamos cultuados, ou idealizados, cometemos muitos equívocos”, mas para a análise das próximas gerações.

Leane relembra a sua trajetória. “Não fui mais do que uma militante de base, não tive cargos importantes nem vivi situações históricas” e provavelmente por isso permaneceu viva para relatar sua história, o que não aconteceu com Luiz Eduardo Merlino, companheiro de organização, como veremos a seguir neste testemunho.

Ainda sobre 1968, sobre as passeatas afirma que “morria de pena dos coitados dos cavalos e dos guardas que tomavam aqueles tombaços” quando os manifestantes jogavam bolinhas de gude para “conter” a cavalaria.

Em relação ao POC relata:

O relacionamento com a organização era ótimo, gostava de fazer o trabalho de militância, [...] nosso setor fazia a conexão dos demais setores, imprensa, infraestrutura [...] o relacionamento entre os militantes era ótimo, nossa vida era legal, ainda não tínhamos nomes clandestinos.

Leane também afirma que:

Se por um lado, ao aderir à militância abria mão de determinados confortos e planos [...], por outro encontrávamos significado muito maior na vida que passávamos a ter. Lembro vivamente da grandeza que sentíamos por ter um ideal [...] era essa sensação de estar fazendo parte de um plano grandioso que iria alterar o rumo da história humana [...] isso não tem preço.

Vivemos aquele momento com total desprendimento, é inegável que havia uma forja humanista naquela prática [...] era a possibilidade de uma realização coletiva que nos impulsionava. Muitas pessoas romperam com suas raízes porque acreditavam que o destino da humanidade estava sendo decidido e por mais que soubéssemos que a revolução seria um processo muito lento [...] tínhamos, realmente, essa certeza de um processo inexorável.

Naquela conjuntura, segundo Leane, o socialismo não era utopia, mas uma realidade concreta, ao “alcance histórico” na perspectiva daquelas organizações. Ela caiu na clandestinidade quase que por “acidente” ao se envolver com um companheiro da VPR “preso no início de 1970”. Após ter seu rosto divulgado na TV teve que ir às pressas para São Paulo, em “uma mudança total de vida, repentina, totalmente inesperada” ficando “oito dias com a mesma roupa” até conseguir um abrigo seguro. Conseguiu trabalho e “mandava uma pequena parte para os pais que estavam comprando um apartamento em Porto Alegre”. Esta clandestinidade “acidental” foi posteriormente reafirmada como uma escolha consciente: “um plano de estudar fora do Brasil, tinha uma bolsa que me ofereceram quando eu já estava na clandestinidade, mas resolvi continuar na militância”.

Mesmo na clandestinidade, continua com sua militância. “Não tinha muita gente clandestina na organização”. Contudo, “não nos parecia que seríamos atingidos [...] mesmo que não sentíssemos esse cerco se fechando”. Mas a prisão de um membro da organização que “detinha um grau assombroso de informações” acabou criando “um estado de desequilíbrio muito grande e criou-se uma sensação contagiosa entre todos os militantes, quando eram presos, da inutilidade de qualquer resistência”. Leane foi presa em 1971 pela OBAN em um aparelho. “Colocaram-me imediatamente no pau de arara e gritavam sem parar [...] foi uma situação horrorosa porque é uma coisa surreal mesmo, ser [...] pendurada no pau de arara e começarem a gritar algo ininteligível”.

Naquele momento Leane se lembrou do documento dos Tupamaros:

Sobre como se comportar em caso de queda, era um documento bem prático [...] é meio folclórico porque as orientações tão corajosas e radicais que faziam parecer que todos éramos heróis capazes desses grandes gestos de coragem. Precisava de muita coragem [...] além de um desapego completo de si mesmo³³.

Interessante notar como a brutalidade da tortura transforma algo folclórico em uma alternativa viável. “Resolvi dar um ponto falso porque percebi que não ia aguentar, foi muito forte a pressão desde o começo”. Todavia, a orientação dos guerrilheiros uruguaios foi frustrada: ao se soltar dos policiais e correr em meio à multidão, um pedestre a segurou. “Eles estavam à paisana e o tal pedestre empatizou-se com eles e não comigo. Engraçado, machista né?”

O ponto falso não rendeu torturas imediatas, pois a atenção da repressão se concentrava em Luiz Eduardo Merlino, preso neste intervalo de tempo: era o “primeiro militante da direção que caía e, portanto, sabiam que certa-

mente teria informações atualizadas”. Todavia, se não existiu imediatamente a tortura física, “a nossa tortura era de impotência e desespero ver uma pessoa sendo torturada sem parar, ininterruptamente [...] foi extremamente impactante visualizar, é uma imagem que me acompanhou pra sempre”.

Leane era inquirida a completar informações no organograma da organização, dando detalhes à repressão sobre a POC. Após sessões de torturas, relata a chegada na cela: “perdíamos a consciência do que estava acontecendo conosco. Foi importante ver pelo olhar do outro, era como se fosse um reconhecimento de estar viva, alguma coisa assim”. A presença do outro é um elemento essencial para resistir a “falência psíquica”³⁴.

Também relata a “tara dos torturadores” como “a pior experiência, pior até que o pau de arara por que era pura perversidade [...] de caráter sexual”. Em meio a essa “sensação enorme de desamparo” se sentindo “um grãozinho de areia ali na mão daquela besta” enxerga uma “lógica” na tortura da agressão, do choque em busca de informações “porque a função ali era aquela”. A tortura sexual alcança tal grau de degradação, que a tortura convencional chega a ser vista com “lógica”. “Era o que a gente sentia [...] como se fôssemos animalizados por eles, nós ficávamos em condição sub-humana mesmo.”

Apesar da clandestinidade e da prisão, conseguiu comunicar-se com conhecidos quando foi levada pelos policiais a sua antiga moradia. Graças a isso sua mãe “veio a São Paulo, preparou um prato de arroz doce e foi em todos os órgãos de repressão com esse prato [...] e dizia: ‘a minha filha está aqui, vim trazer isso para ela’”. E graças a isso, confirmou sua prisão. Então, foi transferida para o DOPS e lá enxergou que “existia alguma coisa chamada justiça legal”.

No DOPS, Leane aponta:

Coisas mal digeridas dentro da esquerda [...] episódios de divergências políticas, entendimentos diferentes da realidade, atitudes condenatórias [...] a maioria de nós tinha uma personalidade forte, estávamos sob uma tensão absurda, muitos com problemas de saúde, enfim, solo fértil para se acirrem os ânimos.

Contudo, faz a ressalva: “inegavelmente começava a se formar uma solidariedade”. Já no presídio Tiradentes, “havia um forte aspecto de solidariedade voltado para sobrevivência. Havia também o famoso ‘coletivo’, órgão político formado por um representante de cada organização, que se reunia em função das demandas do nosso cotidiano, alguma injustiça, ou reivindicação”.

Em relação à organização, testemunha:

Nós do POC não nos reuníamos regularmente [...]. Houve um desânimo total

entre os presos do POC, com relação à continuidade da luta, pelo jeito como caímos [...] houve um aniquilamento mesmo do grupo [era uma situação] de baixa autoestima política [...] além da perda da liberdade pessoal, a quebra da construção daquele sonho ao qual dedicamos grande parte da nossa vida.

Para Leane, “as famílias desempenharam um papel extremamente importante durante todo esse período”. Além disso, retrata a prisão como um espaço de compartilhamento de saberes e cultura: “esse período teve uma riqueza muito grande por podermos estar com algumas mulheres únicas e absolutamente especiais”.

Após a saída da prisão, iniciou o curso de filosofia em 1973, com o desejo de “fundamentar [a militância e sua trajetória], queria entender e fui estudar um pouco mais de política”. Começou a dar aulas, contudo a necessidade do “atestado de antecedentes” acabou criando “marginalidade profissional”, pois o ex-presos político tinha dificuldades de se reinserir no mercado de trabalho. Mesmo voltando a militar no movimento estudantil, “não tinha vontade de ter um comprometimento muito sério, tinha uma desilusão meio crônica com o trabalho de militância”. Ao mesmo tempo em que valoriza os méritos de “organizações, de todas as lutas pelo resgate da dignidade humana” na consolidação de uma social democracia “continua partidária do ideal ‘utópico’” de que no capitalismo sempre prevalecerão os poderosos. Apesar de não mais militar *acha* “que isso continua totalmente válido e necessário”.

Se enxerga como “responsável por essa liberdade que foi conseguida depois” confluindo na fundação do PT. Acompanhou “a luta pela Anistia, o retorno dos exilados e depois a luta pelas diretas”, mas “nunca teve militância feminista nem nada” e relata que “nunca vi mulheres sendo discriminadas na organização [...] foi uma vivência totalmente igualitária entre homens e mulheres”.

Ao concluir seu testemunho, fala da necessidade de se refletir sobre toda essa história e seus personagens, “uma vez que ainda há silêncio sobre tudo isso. Eles acham que nos fizeram calar, mas acredito que o principal que eles fizeram foi calar a história do Brasil”.

Reflexões

Analisando os testemunhos de forma comparativa, podemos encontrar algumas confluências nos discursos:

Em relação à formação teórica, todos exaltam uma preeminência da ação sobre a teoria – dialogando com as críticas em relação à inércia do PCB diante do golpe, que posteriormente desaguou nos sucessivos “rachas”, quan-

do diversos militantes rompem com o partido e apostam em organizações mais voluntaristas, como ALN, MR-8, entre outras. Além disso, Lúcia afirma que sua formação se deu com o pior do marxismo; Leane também afirma que não teve formação política sólida. Desta forma, nos parece que não foi a formação marxista, com sua instrumentação teórica e analítica a principal motivação para tais personagens abandonarem o conforto de suas vidas e famílias e optarem pela clandestinidade em organizações políticas proibidas e perseguidas. Pelo contrário, nos parece mais plausível, analisando os discursos, que estes indivíduos se sentiram portadores de uma missão, um dever histórico para com o Brasil, o povo, a humanidade. Alberto Becker chama de “missão”, Leane de “plano grandioso, significado maior, ideal”. Todos são categóricos em destacar uma ânsia por ação, um voluntarismo³⁵, uma ânsia da juventude como agente de mudanças e transformação.

Obviamente este “espírito”, dialoga com toda a efervescência política e cultural, citada por todos, em especial o movimento estudantil e o ano de 1968 como um marco simbólico. Também, a colocação de Leane precisa ser destacada: o socialismo não era uma utopia, mas uma realidade concreta em países como Rússia, China, Cuba, Coréia, Vietnã. A narrativa de muitos militantes sugere uma visão do socialismo como uma realidade inexorável diante da aparente crise do capitalismo. Até mesmo em razão da fragilidade teórica, “revolução e socialismo”, termos frequentemente citados, devem ser enxergados mais como um ideal pouco claro e definido na perspectiva desses militantes do que como um sólido projeto político, sobretudo para os militantes de base das organizações – diferentemente dos setores golpistas, que tinham claros projetos políticos, apesar das disputas entre diferentes projetos³⁶. “Revolução e socialismo”, na narrativa desses militantes podem ser lidos como sinônimos de justiça social, direitos, oportunidades, igualdade, combate às opressões, violências e desmandos.

Guardando as devidas proporções entre as diferenças programáticas e organizativas de cada organização, devemos destacar os laços de solidariedade e amizade entre os militantes de uma mesma organização como um dos elementos chaves para o ingresso na mesma e não apenas as concordâncias político-ideológicas. O fato de militar nesta ou naquela organização, tomar este ou aquele posicionamento, parece ser fortemente influenciado por questões subjetivas de relacionamento interpessoal e não apenas uma racional decisão programática e ideológica. Desta forma, ao invés de uma visão estanque e homogênea das organizações, devemos buscar enxergar as nuances e pluralidades na militância que trazia profunda heterogeneidade à luta contra a ditadura.

Importante destacar a questão do ciclo de sobrevivência e a solidariedade como um elemento importante na manutenção da luta, atuando quase

como uma culpa diante da perda de companheiros: se tantos já haviam morrido, não era possível “abandonar” a luta; era necessário prosseguir. Alguns militantes tinham condições financeiras e logísticas de se exilar e fugir das garras da repressão, mesmo assim não o fizeram. Contudo, a clandestinidade e a tensão constante dificultavam uma leitura mais clara da realidade e da correlação de forças. Não apenas isto, mas mais do que o ideal da revolução e do socialismo, havia um grande senso de coletividade na luta. Não continuar a militância era “uma traição aos que tombaram”, como bem nos descreve Lúcia Murat. Ao mesmo tempo, ocorreram traições, delações e renúncia pública – e midiática – à luta contra a ditadura por parte de alguns militantes; estas situações geraram profundos conflitos entre os militantes de uma mesma organização e entre organizações diferentes. “Gelar” um companheiro, ou seja, isolá-lo na prisão e privá-lo do diálogo e do convívio foram situações conflituosas e frequentes na prisão. Este é um ponto que carece de maior reflexão.

Também é importante destacar o papel das famílias dos presos políticos. Elas são personagens importantes em dois momentos: quando conseguem judicializar a prisão, ou seja, fazer a prisão clandestina ser reconhecida como oficial – e desta forma, “responsabilizar” o Estado pela vida do preso. E também, já nos presídios políticos, publicizar a condição de preso político para a sociedade – no período da transição “lenta, segura e gradual”³⁷ e consecutiva “abertura” democrática, essa atuação das famílias, auxiliadas por setores progressistas, alguns vinculados à Igreja, será um elemento importante de crítica ao regime.

Em relação ao relacionamento dos presos nos espaços de reclusão nos são colocadas duas situações diferentes: disputas e conflitos entre organizações, mas ao mesmo tempo a gestação de uma solidariedade entre os presos de diferentes organizações, sobretudo, como modo de garantir as questões de sobrevivência. Em algum aspecto, a degradação e a violência da repressão foram tão fortes, que em determinados momentos, as disputas parecem ter sido sublimadas e aflorado uma solidariedade entre seres humanos profundamente violados, apesar dos diversos conflitos³⁸.

Em relação à tortura, é importante destacar como o controle absoluto do sistema repressivo sobre os corpos dos presos políticos, a desinformação constante e, também o sadismo dos torturadores³⁹, são marcas inapagáveis na memória das vítimas. Mesmo após anos o temor se faz constante. A figura da “cachorrinha de Pavlov”, descrita por Lúcia Murat é novamente emblemática. A tortura, física, psicológica, sexual, afetou não só o corpo, que em alguns casos conseguiu se recuperar – mesmo com marcas. A prática da tortura cria reflexos condicionantes que permanecem nos indivíduos por toda uma vida.

Nos testemunhos, os personagens relembram certos fatos e creditam esta memória à visualização de processos em arquivos. Mesmo sendo guardiões de uma memória “oculta” à documentação oficial, parte destas lembranças está apagada na própria memória – seja pelas experiências traumáticas, seja pela própria necessidade de esquecer como proteção⁴⁰. Portanto, a abertura de todos os arquivos referentes ao período da ditadura militar, é vital não apenas para aclarar o conhecimento dos fatos, mas para também reconstruir lacunas na memória de diversos personagens vivamente presentes nessa história.

Um último aspecto interessante a ser levantado – mais como uma hipótese – é como gradativamente a experiência revolucionária da luta armada foi se consolidando na memória dos militantes como uma luta pró-democracia ou resistência democrática, nas palavras de Lúcia Murat. No período da “transição democrática”, com o regime em decadência, graças à profunda crise econômica, diferentes atores apoiadores do golpe de 1964 se divorciaram do regime e começaram a pautar a democracia⁴¹. Este amplo e plural movimento social parece ter trazido para dentro do seu bojo e feito a “releitura” da experiência da luta armada como opositora da ditadura e defensora da democracia. Neste processo de reconstrução histórica a ditadura se encerrava e dava início a democracia. Contudo, essa “transição pelo alto” foi marcada por inúmeras permanências excludentes e autoritárias⁴².

Compreender os sujeitos históricos em sua dimensão humana, como seres que sentem fome, frio, medo, angústia, esperança e não apenas seres moldados pela ideologia – como repete tolamente quem ainda defende os desmandos do regime militar – , é o desafio para se analisar a história como um todo complexo, influenciada pelas estruturas, mas não determinada. Desta forma, analisar o testemunho destes militantes é fundamental para a compreensão histórica em sua complexidade e também um compromisso com a memória e os direitos humanos. Terminamos com uma importante colocação da professora doutora Zilda Iokói, orientadora desta pesquisa de Iniciação Científica: “Nós temos que conhecer detalhes para que possamos lutar contra essa violência. E ainda assim, pensar como vivendo essa experiência, sofrendo tantas dores e lutos, podemos pensar uma outra maneira de constituição do futuro”⁴³.

RESUMO

Este artigo é baseado no relatório de Iniciação Científica apresentado ao CNPq no ano de 2016; nele são analisados testemunhos do projeto “Intolerância e Resistência: Testemunhos da repressão política no Brasil (1964-1985)”. A documentação consiste em narrativas de militantes políticos, vítimas de violenta repressão durante a ditadura civil militar brasileira; foi produzida sobre a égide da história oral, na qual os sujeitos históricos falam por si próprios e

tratam sobre sua formação, infância, educação, família, militância política, tortura, profissão etc. Pretende-se a partir desta análise avançar na compreensão das motivações e formações ideológicas que impeliram centenas de jovens a entrar na clandestinidade para lutar contra o regime de exceção e também analisar as organizações pela ótica dos militantes. Por fim, observar como, após décadas, uma determinada memória, se consolidou. Ao utilizar esta documentação, procura-se ouvir as vozes dos personagens do tempo histórico em questão e, através destas, suprir lacunas e silenciamentos presentes em outros tipos de documentação, sobretudo oficiais.

PALAVRAS-CHAVE

Ditadura Militar Brasileira; Resistência; Luta armada; Presos Políticos; História Oral.

Intolerance and Resistance: Analysis of testimony from Brazilian Military Dictatorship combatants.

ABSTRACT

This article is based on the Scientific Initiation report presented to CNPq in 2016; we will analyze testimonies from the Project “Intolerância e Resistência: Testemunhos da repressão política no Brasil (1964-1985)”. The documentation consists of narratives from political militants, who were victims of violent repression during the Brazilian civil military dictatorship period; it was produced under aegis of Oral History, in which historical subjects speak for themselves and approach their formation, childhood, education, Family, political militancy, torture, profession etc. From these analyses, we intend to advance in comprehending the motivations and ideological formation that drove hundreds of young people to enter clandestinity in order to fight the exception regime. The organizations will be analyzed from the point of view of the militants. Lastly, we will observe how, after decades, a determined type of memory has been consolidated. When this kind of documentation is used, we try to listen to the voices of the characters from the historical time in question, and, through those voices, fill in the blanks and the silencing present in other types of documentation, especially the official ones.

KEYWORDS

Brazilian Military Dictatorship; Resistance; Armed fight, Political prisoners; Oral History

NOTAS

1. Atualmente, mestrando no programa interdisciplinar de Pós-graduação Humanidades, Direitos e Outras Legitimidades do DIVERSITAS USP, sob orientação da professora doutora Zilda Márcia Grícoli Iokóí. Contato: rodrigo.basilio.souza@usp.br

2. “O regime militar brasileiro não foi uma ditadura de 21 anos. Não é possível chamar de ditadura o período 1964-1968 (até o AI-5), com toda a movimentação político-cultural que havia no país. . Villa, Marco Antônio. *Ditadura à brasileira, 1964-1985 a democracia golpeada à esquerda e à direita*. São Paulo, Leya, 2014.
3. Conferir esta discussão em Reis, Daniel Aarão. *Ditadura e democracia no Brasil do golpe de 1964 à constituição de 1988*. Rio de Janeiro, Zahar, 2014. p. 134. 1964, cinquenta anos depois.
4. GORENDER, J. *Combate nas Trevas*. São Paulo: Perseu Abramo: Expressão Popular, 2014.
5. IANNI, Octavio. *O colapso do populismo no Brasil*. 5 ed. Rio De Janeiro, Civilização Brasileira, 1994.
6. GOMES, A. d., & FERREIRA, J. 1964. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.
7. NAPOLITANO, M. *1964: história do regime militar brasileiro*. São Paulo: Contexto, 2014.
8. Criado por Vargas para “organizar” a classe trabalhadora, em oposição ao tradicional PCB, mas que vai se posicionando à esquerda na defesa de um projeto *nacional desenvolvimentista*. Para se aprofundar, conferir: GOMES, Ângela de Castro. *A Invenção do trabalhismo*. Rio de Janeiro, FGV, 2005.
9. FICO, Carlos. *O grande irmão da operação Brother Sam aos anos de chumbo: o governo dos Estados Unidos e a ditadura militar brasileira*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2008.
10. Este é um conceito difícil de ser delimitado, mas que pode ser exemplificado pelas *Marchas pela Família com Deus pela Liberdade*, importantes eventos, promovidos pela sociedade civil conservadora e urbana, que deram legitimidade social para os anseios golpistas.
11. Para melhor compreensão deste “fenômeno”, ver: Motta, Rodrigo Patto Sá. *Em guarda contra o “perigo vermelho” o anticomunismo no Brasil, 1917-1964*. São Paulo, Editora Perspectiva, 2002,
12. Para termos dimensão da diversidade entre os golpistas, vale a pena citar a classificação de Daniel Aarão Reis: “todas aquelas forças que haviam apoiado o golpe: liberais-conservadores, conservadores arcaicos, liberais-internacionalistas, corporativistas-estatais, anticomunistas radicais. A ditadura(...) nunca foi una, mas várias” (REIS, D. A. *Ditadura e democracia no Brasil Do golpe de 1964 à Constituição de 1988*. São Paulo: Zahar, 2014.)
13. Para acompanhar a historicidade deste conceito, conferir: PIRES, Murilo José de Souza & RAMOS, Pedro. *O Termo Modernização Conservadora: Sua Origem e Utilização no Brasil*. Revista Econômica do Nordeste. 2008. Volume 40, nº 3 e Mari, Marcelo. *Ditadura, modernização conservadora e universidade : debates sobre um projeto de país* / Marcelo Mari; Priscila Rossinetti Rufinoni (Org.). – Goiânia: Editora UFG, 2015

14. Obviamente este processo é marcado por latentes disputas entre lideranças civis e militares e até mesmo dentro dos quartéis. Contudo, em linhas gerais vemos que os militares se sobrepõem aos políticos civis tradicionais e impõem seu projeto. Exemplo disso é o Ato Institucional nº II, (27/10/1965), dissolvendo os partidos políticos e determinando o bipartidarismo.

15. Projetos de “modernização” do ensino brasileiro, apoiados pelos EUA, que, na leitura do movimento estudantil mascarava um projeto de privatização e punha em risco a educação pública. Para acompanhar parte deste debate, conferir: Motta, Rodrigo Patto Sá. *As universidades e o regime militar: cultura política brasileira e modernização autoritária*. Rio de Janeiro, Zahar, 2014.

16. A política econômica de austeridade de Castelo Branco controlou a inflação, mas aumentou o desemprego e o poder aquisitivo das camadas médias; uma política de “crescimento econômico”, arrocho salarial e concentração de renda. Apesar do ano de 1968 marcar recuperação econômica, esta só foi sentida nos anos seguintes. Naquele momento teve início os anos de ouro do milagre brasileiro.

17. Para acompanhar os desfechos da juventude, especialmente estudantil, nos conflitos de 1968, conferir: VALLE, Maria Ribeiro. *1968: o diálogo é a violência: movimento estudantil e ditadura militar no Brasil*. Campinas: Unicamp, 2010.

18. Contudo, segundo Daniel Aarão Reis “as massas de trabalhadores urbanos e rurais permaneceram em silêncio”. REIS, D. A. (2014). Op. Cit..

19. Este debate pode ser aprofundado em RIDENTI, M. *O Fantasma da Revolução Brasileira*. São Paulo: UNESP, 2010.

20. *Transcrição* é uma técnica da história oral. Após os testemunhos em áudio serem transcritos literalmente, procura-se organizar o texto de modo a “dar sentido”. Em outras palavras, é uma adaptação do discurso oral para o escrito, mais preocupada com o *sentido* que com a *literalidade*. Para se aprofundar: MEIHY, J. C., & Fabíola, H. *História oral: como fazer, como pensar*. São Paulo: Contexto, 2007.

21. Neste projeto, foram gravados em audiovisual 81 testemunhos de militantes que combateram a ditadura. No conjunto de entrevistados estão homens e mulheres das mais diferentes organizações políticas e movimentos. As entrevistas foram realizadas pelos autores do projeto e encontram-se disponíveis para pesquisa no Diversitas – Núcleo de Estudos das Diversidades, Intolerâncias e Conflitos da USP. Parte desta documentação, mais precisamente quinze testemunhos, foram transcritos e transcritos pelos próprios autores e publicados em um livro homônimo ao projeto e disponíveis em: <http://diversitas.fflch.usp.br/node/2840>. O autor deste artigo não participou do projeto *Intolerância e Resistência*, apenas pesquisa neste acervo, especialmente nos testemunhos já transcritos e publicados em livro: TELES, J. d., RIDENTI, M., & IOKÓI, Z. M. *Intolerância e Resistência: Testemunhos da Repressão Política no Brasil (1964-1985)*. São Paulo: FFLCH, 2010.

22. Para se aprofundar nesta discussão, conferir MEIHY, J. C.. *Manual de história oral*. São Paulo: Loyola, 2005.

23. Para se aprofundar nesta questão: MEIHY & HOLANDA, História oral: como fazer, como pensar. São Paulo: Editora Contexto, 2007
24. AREDNT, Hannah. *Homens em tempos sombrios*. São Paulo: Cia das Letras (bolso), 2008.
25. Destacamento de Operações de Informações - Centro de Operações de Defesa Internas, marcou a “institucionalização” da Operação Bandeirantes (OBAN). Marcou uma fase de ofensiva da repressão, com articulação entre militares das três forças armadas além de policiais militares estaduais e civis.
26. Departamento Estadual de Ordem Política e Social. Órgão da polícia civil para investigação e repressão. O DOPS de São Paulo, durante a gestão do delegado-torturador Sérgio Paranhos Fleury, foi palco de torturas e fortes arbitrariedades.
27. Este é um ponto importante: se comparada às demais ditaduras do cone-Sul, a brasileira não foi a “mais letal” em número de mortos. É difícil mensurar a violência. Contudo, podemos dizer que no Brasil a estruturação e enraizamento da ditadura geraram uma violência difícil de ser interpretada e “contabilizada”, mas não por isso mais amena. Em algum aspecto, esta violência permanece nas polícias militares pelo Brasil.
28. Para se aprofundar nesta discussão, conferir: NAPOLITANO, M. *Recordar é viver: as dinâmicas e vicissitudes da construção da memória sobre o regime militar brasileiro*. Antíteses. V. 8. N 15. 2015.
29. Dentro das estratégias de sobrevivência na clandestinidade, se uma pessoa não ia a determinada hora ao encontro marcado, significava que havia “caído”, ou seja, presa. A partir daí, toda uma rede de contatos era desmontada para evitar prisões.
30. A tortura sexual envolve complexas questões psicológicas e de gênero que infelizmente transcendem a dimensão deste artigo. Para aprofundamento, conferir: ARANTES, M. A.. *Tortura*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2013.
31. MURAT, Lúcia (Dir.) *Que bom te ver viva*. 1989.
32. Partido Operário Comunista fusão da POLOP (Organização Revolucionária Marxista Política Operária) com a dissidência gaúcha do PCB.
33. O documento dava sugestões bem práticas de como cometer suicídio ao cair nas mãos dos órgãos repressivos.
34. Diante de situações limite, de profunda violência física e psicológica, o corpo pode resistir mas muitas vezes a mente sucumbe. Conferir: ARANTES, M. A.. *Tortura*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2013.
35. Talvez confirmando a hipótese de *romantismo revolucionário* desenvolvido por Marcelo Ridenti na obra *Em Busca do Povo Brasileiro*. (UNESP. São Paulo: 2014). Na obra o autor defende que a ação dessa esquerda era uma reação ao processo “modernização conservadora” em nome de um “povo”, uma entidade tradicional e idealizada que estava sendo destruída e proletarizada. *Revolução*, na verdade, era um resgate no futuro, de uma dignidade do passado que se perdia no presente.

36. Os projetos dos setores golpistas são brevemente comentados na introdução deste artigo: enquanto os setores civis desejavam um golpe de *saneamento*, rápido e preciso, devolvendo o poder aos civis com a antecipação das eleições, os militares tinham o projeto de fortalecimento de um Estado autoritário, responsável por realizar uma *modernização conservadora* no Brasil, desenvolvendo, mas sem incluir as massas trabalhadoras no bônus, apenas no ônus desse processo.

37. Com esses termos, o general-presidente-ditador Ernesto Geisel definiu ao tomar posse, em março de 1974, como seria conduzia a “distensão” política.

38. Para se aprofundar nesta discussão, conferir: TELES, Janaina de Almeida. *Memórias dos cárceres da ditadura: os testemunhos e as lutas dos presos políticos no Brasil*. 2011. Tese (Doutorado em História Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-31012017-140247/>>. Acesso em: 2018 fev. 2007.

39. Esse “sadismo” é citado em diversos testemunhos. Não queremos com isso negar a forma sistemática e estrutural com que a tortura foi pensada e usada dentro dos órgãos de repressão. Ela não foi residual, mas estrutural. Longe de ser exceção, foi conduzida como política do regime.

40. Pollack, em seu texto “Memória e Identidade Social, apresenta o conceito de trabalho de enquadramento da memória a partir do posicionamento tomado diante das disputas da memória. In: POLLAK, M. *Memória e Identidade Social*. Estudos Históricos, Rio de Janeiro., vol. 5, n. 10. 1992, p.

41. Vide Ordem dos Advogados Brasileiros, a Igreja Católica e até mesmo o primeiro presidente-civil, José Sarney (ex-líder da Arena, partido pró-militares).

42. Esta reflexão foi recentemente discutida pelo historiador Marcos Napolitano. Para conferir: NAPOLITANO, M. *Recordar é viver: as dinâmicas e vicissitudes da construção da memória sobre o regime militar brasileiro*. Antíteses. V. 8, n.15. 2015.

43. IOKÓI, Zilda Márcia Gricoli. Entrevista concedida a, Rodrigo Medina Zagni. *LEI Rumo a Tolerância*. Laboratório de Estudos sobre a Intolerância. Ano 2., n. 2. 2008. p. 16